

SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

EDITAL CVL/SUBSC Nº 47 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

O **SUBSECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e, tendo em vista a autorização constante do processo 09/004.383/2018 e, em conformidade com o disposto na Resolução SMA Nº 1975, de 19 de outubro de 2015, torna público o **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO** do **Concurso Público para provimento de cargos de Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional** do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA (CONTEÚDO PARA TODOS OS CARGOS)

1. Compreensão e interpretação de texto contemporâneo. 1.1 Gêneros e modos de organização dos textos. 1.2 Localização de informações explícitas e implícitas no texto. 1.3 Significado de vocábulos e expressões no contexto. 2. Ortografia oficial – segundo o atual acordo ortográfico. 2.1 Acentuação gráfica. 2.2 Emprego de letras. 2.3 Emprego do hífen. 3. Formação de palavras. 3.1 Valor semântico de radicais, prefixos e sufixos. 3.2 Neologismos e estrangeirismos. 4. Uso e função das diferentes classes gramaticais. 4.1 Artigos e substantivos. 4.2 Pronomes: emprego e colocação. 4.3 Adjetivos e locuções adjetivas. 4.4 Advérbios e locuções e adverbiais. 4.5. Preposições. 4.6 Conjunções. 5. Emprego dos verbos. 5.1 Flexão verbal. 5.2 Tempos, modos e vozes verbais. 5.3 Locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 5.2 Correlação entre tempos verbais. 5.3 Concordância verbal. 6. Flexão e concordância nominal. 7. Regência nominal e verbal. 7.1 Crase. 8. Relações de sentido entre orações e segmentos de texto. 8.1 Conectores que conferem coesão e coerência ao texto. 9. Emprego dos sinais de pontuação. 10. Denotação e conotação. 10.1 Uso e valor das figuras de linguagem. 11. Adequação da língua ao contexto de uso. 11.1 Redação oficial. 11.2 Reescrita de frases. 11.3 Variação linguística. 12. Discursos direto e indireto.

REFERÊNCIAS:

AZEREDO, José Carlos. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2014. 5 reimp. da 3 ed. de 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HOUAISS, Antônio e VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/185333/DLFE-193326.pdf/RH_manual_redacao_oficial_2009.pdf (acesso em 07. Fev. 2019)

LEGISLAÇÃO DO SUS (CONTEÚDO PARA TODOS OS CARGOS)

1. Legislação. 2. Objetivos 3. Diretrizes 4. Participação da Comunidade e Controle Social 5. Atribuições dos três níveis de governo. 6. Ações específicas da Atenção Básica 7. Organização da Estratégia de Saúde da Família 8. Políticas intersetoriais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo II: Da Seguridade Social. Seção II – Da Saúde.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156,160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

BRASIL. PORTARIA nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão.

BRASIL DEC 7.508/2011 Regulamenta a Lei nº 8.080 para dispor sobre a organização do sistema único de saúde, o planejamento de saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências.

BRASIL PORTARIA Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

I. FARMACÊUTICO

I – Farmacologia: Farmacocinética. Terapia farmacológica: sistema nervoso, renal, cardiovascular, inflamação, função gastrointestinal, sangue e órgãos hematopoiéticos. Quimioterapia das infecções parasitárias e microbianas. Hormônios e antagonistas de hormônios, insulinas e hipoglicemiantes orais. Farmacologia ocular e dermatológica. Farmacoterapia de distúrbios ginecológicos e obstétricos e contracepção.

II – Assistência Farmacêutica: Interações medicamentosas. Conceitos aplicados ao Sistema Único de Saúde. Diretrizes para estruturação de farmácias no Sistema Único de Saúde. Acesso, promoção e uso racional de medicamentos. Seleção, utilização e informação de medicamentos. Logística farmacêutica. Gerenciamento, monitoramento e avaliação da assistência farmacêutica. Ciclo da Assistência Farmacêutica: programação, aquisição e armazenamento. Ética. Regulação sanitária de medicamentos. Avaliação de tecnologias em saúde e medicina baseada em evidências aplicadas à assistência farmacêutica. Farmacoepidemiologia.

Farmacovigilância. Sistemas de informação em saúde e epidemiologia. Assistência farmacêutica e demandas judiciais de medicamentos no Sistema Único de Saúde. Assistência Farmacêutica em Desastres.

III - Farmácia Hospitalar: Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. Segurança do paciente. Farmácia clínica. Ética em pesquisa. Gestão de suprimentos e custos. Sistemas de distribuição de medicamentos. Gestão da qualidade e indicadores aplicados à farmácia hospitalar. Farmacotécnica hospitalar: formas farmacêuticas estéreis e não estéreis. Terapia nutricional parenteral. Comissão de controle de infecção hospitalar. Gerenciamento de resíduos nos serviços de saúde. Centros de informação de medicamentos. Erros de medicação. Educação sanitária. Marketing e Promoção de Medicamentos. Auditoria em Farmácia Hospitalar. Gestão de Pessoas. Certificação em Farmácia Hospitalar. Comissão de Farmácia e Terapêutica.

REFERÊNCIAS:

Goodman & Gilman's – As Bases Farmacológicas da Terapêutica - 12ª ed., McGraw Hill, 2012.

OSORIO-DE-CASTRO CGS et al (orgs). Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 472 p.

MARIN, N. et al. (org). Assistência Farmacêutica Para Gerentes Municipais. Organização Pan-Americana de Saúde, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/assistenciafarmaceutica/afgm.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 100p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_farmaceutica_atencao_basica_instrucoes_tecnicas.pdf. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 44 p. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/5162c5812207f.pdf> . Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_temas_selecionados.pdf. Acesso em 05/02/2019.

STOPIRTIS, S. et al. Ciências farmacêuticas – Farmácia clínica e atenção farmacêutica. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Farmácia Hospitalar - Coletânea de Farmácia Hospitalar. 1. Reimpressão. 2017. Disponível em:

http://www.cff.org.br/userfiles/capa%20colet%C3%A2nea%20farm%C3%A1cia%20hospitalar_29AGO2017-merged.pdf. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40 p. Disponível em:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf.

Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Portaria Nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. Anexo 3-Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos. Disponível em <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmWd8.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Reações Adversas a Medicamentos. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33868/2894427/Rea%C3%A7%C3%B5es+Adversas+a+Medicamentos/1041b8af-9cde-4e94-8f5c-9a5fe95f804d>. Acesso em 05/02/2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR (SBRAFH). Padrões Mínimos em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde. 3. Edição. 2017. Disponível em <http://www.sbrafh.org.br/site/public/docs/padroes.pdf>.

Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº. 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em

http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3427425/RDC_222_2018_.pdf/c5d3081d-b331-4626-8448-c9aa426ec410.

Acesso em 05/02/2019.

IV– Legislação Sanitária e Farmacêutica:

BRASIL. Lei n.º 5991, de 17 de dezembro de 1973 (e suas alterações). Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5991.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999 (e suas alterações). Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 12.401, de 28 de Abril de 2011. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12401.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada RDC Nº. 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiniais para Uso Humano em farmácias (e anexos). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/res0067_08_10_2007.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 (e suas atualizações). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº. 338, de 06 de maio de 2004. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_04.htm. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3916, de 30 de outubro de 1998. Política Nacional de Medicamentos. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria de Consolidação no 1, de 28 de setembro de 2017 (e suas atualizações). Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria de Consolidação no 6, de 28 de setembro de 2017 (e suas atualizações). Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos

federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0006_03_10_2017.html. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 568, de 06 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/568.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>. Acesso em 05/02/2019.

II. FISIOTERAPEUTA

1. Anatomia Humana. 2. Fisiologia Humana. 3. Semiologia. 4. Cinesiologia. 5. Eletrotermo-hidro e Fototerapia. 6. Recursos Terapêuticos Manuais. 7. Fisioterapia em Ergonomia. 8. Cinesioterapia. 9. Fisioterapia em Cardiologia. 10. Fisioterapia em Pneumologia/CTI. 11. Fisioterapia em Pediatria. 12. Fisioterapia em Traumatologia-Ortopedia. 13. Fisioterapia em Reumatologia. 14. Fisioterapia em Ginecologia e Obstetrícia. 15. Fisioterapia em Neurologia. 16. Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia. 17. Fisioterapia em Dermatologia. 18. Fisioterapia no Esporte. 19. Fisioterapia em Saúde Coletiva. 20. Fisioterapia Preventiva. 21. Legislação.

REFERÊNCIAS:

CONSELHO Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Legislação: Leis,

Decretos-lei, Decretos, Resoluções, Resoluções Conjuntas, Portarias. Brasília: COFFITO.

GERARDES, P. C. A saúde coletiva de todos nós. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.

CASONATO, Oscar. Reabilitação Integrada das Patologias do Tornozelo e Pé. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LARANJEIRA, Ligia Nasi, Et Al. Guia de Urgência e Emergência para Fisioterapeutas. Editora Atheneu. São Paulo, 2011.

LOUDON, Janice K., Stephania L. Bell, Jane M. Johnston. Guia Clínico de Avaliação Ortopédica. São Paulo: Manole, 1999.

MACHADO, Angelo B.M. Neuroanatomia Funcional. 3 ed. São Paulo; Editora Atheneu, 2014.

MARQUES, Elaine Cristina Mendes. Anatomia e Fisiologia Humana. São Paulo. Martinari, 2015.

MOFFAT, Marilyn, Donna Frownfelter. Fisioterapia do Sistema Cardiorrespiratório – Melhores Práticas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

NORKIN, Cynthia, Pámela K. Levangie. Articulações – Estrutura e Função – Uma abordagem Prática e Abrangente. Rio de Janeiro. 2 Ed. Editora Revinter, 2001.

PICKLES, Barrie e Cols. Fisioterapia na Terceira Idade. São Paulo: editora Santos, 2002.

PRESTO, Bruno Lambaerte, Luciana Damázio de Noronha. Fisioterapia na UTI. Rio de Janeiro. 1 ed. B.P, 2006.

ROGER, M. Nelson, Karen W. Hayes, Dean P. Currier. Eletroterapia Clínica. São Paulo. 3 ed. Manole, 2005.

RUIZ, Cristiane Regina, Organizadora. Anatomia Humana Básica para estudantes na área de Saúde. 3 Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.

SILVA, Marcelo Terreiro Jesus da, Robson Silva dos Santos. Terapia Manual das Disfunções da ATM. Ed. Rúbio. Rio de Janeiro, 2011.

SUASSUNA, Viviani Aparecida Lara, Renata Henn Moura, George J.V. Sarmento, Rosana C. Posseti. Fisioterapia em emergência. Barueri, SP; Manole, 2016.

TEIXEIRA, Luis Augusto. Controle Motor. São Paulo: Manole, 2006.

TIDSWELL, Marian. Ortopedia para Fisioterapeutas. São Paulo: Editora Premier, 2006.

UMPHRED, Darcy Ann. Fisioterapia Neurológica. 2º Ed. Manole. São Paulo.

UMPHRED, Darcy, Constance Carlson. Reabilitação Neurológica Prática. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2007.

VERSAGI, Charlotte Michael. Protocolos Terapêuticos de Massoterapia. 1 Ed. Manole. São Paulo, 2015.

STARKEY, Chad. Recursos Terapêuticos em Fisioterapia. 4º ed. Manole. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Norival Santolim de. Anatomia Humana Fundamental. Ab Editora. Goiania, 2011.

UMEDA, Iracema Ioco Kikuchi. Manual de Fisioterapia na Reabilitação Cardiovascular. 2º ed. Manole. São Paulo, 2014.

CAVALHEIRO, Leny Vieira e Fátima Cristina Martorano Gobbi. Fisioterapia Hospitalar. Manole. São Paulo, 2012.

FLOYD. R.T. Manual de Cinesiologia Estrutural. 19º ed. Manole. São Paulo, 2016.

SARMENTO. George Jerre Vieira. Princípios e Práticas de Ventilação Mecânica em Pediatria e Neonatologia. Manole. São Paulo, 2011.

III. FONOAUDIÓLOGO

AUDIOLOGIA: 1. Anatomia e Fisiologia da Audição. 2. Desenvolvimento do Sistema Auditivo. 3. Etiologia. 4. Avaliação Audiológica e do Sistema Vestibular. 5. Testes Eletrofisiológicos. 6. Classificação. 7. Diagnóstico. 8. Processamento Auditivo. 9. Patologias Cocleares, Retrococleares e do Sistema Tímpano-Ossicular. 10. Triagem Auditiva Neonatal. 11. Implante Coclear. 12. Reabilitação Vestibular. 13. Atuação Fonoaudiológica. 14. Audiologia Educacional e Ocupacional. 15. Aparelho de Amplificação Sonora Individual. DISFAGIA: 1. Anatomofisiologia Aplicada à Função de Deglutição, suas Fases e Eventos. 2. Mecanismos de Proteção das Vias Aéreas para a Deglutição. 3. Avaliação Clínico-Estrutural e Instrumental da Deglutição. 4. Classificação. 5. Diagnóstico. 6. Transtornos da Função de Deglutição de Origem Neurológica, Mecânica e Transitória. 7. Manejo e Gerenciamento do Paciente com Disfagia. 8. Atuação Fonoaudiológica em Neonatologia, no Adulto e no Idoso. 9. Tratamento e Reabilitação das Disfagias Orofaríngeas. LINGUAGEM: 1. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. 2. Avaliação. 3. Classificação. 4. Diagnóstico Diferencial dos Transtornos de Linguagem. 5. Abordagens Terapêuticas. 6. Distúrbios Específicos de Linguagem. 7. Alterações do Desenvolvimento da Linguagem. 8. Distúrbios de Aprendizagem. 9. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. MOTRICIDADE OROFACIAL: 1. Anatomofisiologia do Sistema Estomatognático. 2. Acompanhamento Fonoaudiológico em Pacientes Portadores de Transtornos Motores da Fala de Origem Neurológica e Mecânica. 3. Transtornos Funcionais da Fala e Deglutição. 4. Desenvolvimento e Transtornos das Funções Estomatognáticas. 5. Classificação. 6. Avaliação. 7. Diagnóstico. 8. Tratamento. VOZ: 1. Anatomia e Fisiologia da Fonação. 2. Etiologia. 3. Avaliação. 4. Classificação. 5. Diagnóstico Clínico. 6. Alterações Vocais. 7. Orientação e Higiene Vocal. 8. Abordagens Terapêuticas. 9. Prevenção. SAÚDE PÚBLICA: 1. Fonoaudiologia e Saúde Coletiva. 2. Práticas Fonoaudiológicas na Promoção da Saúde. 3. Ações Preventivas. 4. Saúde Escolar. 5. Saúde do Trabalhador.

REFERÊNCIAS:

BEHLAU M. Voz: o livro do especialista - Volume 1. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
BOECHAT EM, MENEZES PL, COUTO CM, FRIZZO ACF, SCHARLACH RC, ANASTASIO ART. Tratado de Audiologia. 2ª ed. São Paulo: Santos, 2015.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

CARVALHO MR, GOMES CF. Amamentação – Bases Científicas. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

COSTA M. Deglutição & Disfagia: bases morfofuncionais e videofluoroscópicas. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

DEDIVITIS RA, SANTORO PP, ARAKAWA-SUGUENO L. Manual Prático de Disfagia: diagnóstico e tratamento. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.

JOTZ GP, CARRARA-DE ANGELIS E. Disfagia: abordagem clínica e cirúrgica - criança, adulto e idoso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

JOTZ GP, CARRARA-DE ANGELIS E, BARROS APB. Tratado de Deglutição e Disfagia: no adulto e na criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

LAMÔNICA DAC, BRITTO DBO. Tratado de Linguagem: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Booktoy editora, 2017.

LANZELOTTE, V. Manual de Atenção Integral ao Desenvolvimento e Reabilitação. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

MARCHESAN IQ, SILVA HJ, TOMÉ MC. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.

MOUSINHO R, SCHIMID E, MESQUITA F, DOS SANTOS G. Brincando com a linguagem: da língua oral à língua escrita. Instituto ABCD, 2018. Disponível em: <<http://www.institutoabcd.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Brincando-com-a-linguagem-cor.pdf>>.

MURDOCH BE. Desenvolvimento da Fala e Distúrbios da Linguagem: uma abordagem neuroanatômica e neurológica funcional. 2ª ed. Rio de Janeiro. Revinter, 2012.

MURDOCH BE. Disartria: uma abordagem fisiológica para avaliação e tratamento. São Paulo: Lovise, 2005.

ORTIZ K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos: fala e deglutição. Barueri: Manole, 2010.

ORTIZ K.Z. Distúrbios Neurológicos Adquiridos: linguagem e cognição. Barueri: Manole, 2010.

VENITES J, SOARES L, BILTON. Disfagia no Idoso: guia prático. Ribeirão Preto: Booktoy Livraria e Editora, 2018.

VIEIRA RM, VIEIRA MM, AVILA CRB, PEREIRA, LD. Fonoaudiologia e Saúde Pública. 2ª Ed. São Paulo: Pró-Fono, 2008.

SEARA IC, NUNES VG, LAZZAROTTO-VOLCÃO. Para Conhecer Fonética e Fonologia do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

IV. NUTRICIONISTA

1. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: Gestão de unidades de alimentação e nutrição. Serviços e eventos. 2. Técnica Dietética, propriedades físico-química dos alimentos e gastronomia. 3. Controle Higiênico – Sanitário: controle higiênico sanitário do ambiente, do alimento, da matéria prima e do manipulador. Boas práticas para serviços de alimentação. Saúde ambiental, água, vigilância e legislação sanitária. 4. Alimentos: doenças transmitidas pelos alimentos, exame organoléptico e laboratorial dos alimentos, produção dos alimentos, microbiologia dos alimentos, segurança alimentar. Alimentos funcionais. Rotulagem de alimentos. 5. Nutrição Humana: Nutrientes (definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares, recomendações, interação medicamento – nutriente - alimento). Bioquímica. Avaliação de dietas normais e especiais. Necessidades e recomendações no ciclo vital em todas as faixas etárias e situações de saúde e ausência de saúde, nutrição e atividade física, nutrição e saúde bucal, nutrição no envelhecimento, nutrição em psiquiatria, nutrição e o uso de álcool e outras drogas, nutrição e envelhecimento. 6. Avaliação do estado nutricional de indivíduos nas diferentes faixas etárias e grupos populacionais: diagnóstico nutricional em todas as faixas etárias (crianças menores de 1 ano, pré-escolares, escolares, adolescente, gestantes, adultos, idosos). Sistema de vigilância alimentar e nutricional. 7. Climatério e Menopausa. 8. Nutrição materno – infantil: Amamentação. Assistência nutricional no pré-natal. Aleitamento materno. Banco de leite humano Nutrição e gestação. Gestante adolescente. Diabetes, síndromes hipertensivas e AIDS/HIV na gestação. Necessidades e Recomendações Nutricionais no grupo materno infantil (MI). Carências Nutricionais no grupo MI. Nutrição nas Infecções Respiratórias Agudas e nas Diarréias na infância. 9. Nutrição Clínica: Princípios e cuidados nutricionais nas enfermidades do Sistema Digestório e Glândulas Anexas, Cardiovascular, Renal e das Vias Urinárias, Pulmonar, Endócrino, Neurológico, Psiquiatria, Imunodeficiências e Neoplasias, Estresse Metabólico, Alergias e Intolerâncias Alimentares. Nutrição e Cirurgia. Terapia nutricional. Saúde oral e dental. Alimentos Funcionais. Fitoterapia. Transtornos alimentares. Grupos populacionais 10. Políticas e Programas de Atenção à Saúde: Amamentação e Banco de Leite Humano. Bolsa

Família. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Atenção Básica na Obesidade, no Diabetes, no Envelhecimento e saúde do Idoso, na doença cardiovascular, cerebrovascular e renal. 11. Nutrição e saúde pública. 12. Nutrição enteral e parenteral. 12. Educação nutricional e práticas individuais e grupais.

REFERÊNCIAS:

BALCHIUNAS, Denise. Gestão de UAN – Um resgate do binômio alimentação e nutrição. Editora Roca. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 168 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 212 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Acesso

em:http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/guia_alimentar2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35)

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 210p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de orientações sobre o Bolsa Família na saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Banco de leite humano: funcionamento, prevenção e controle de riscos/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Anvisa, 2008. 160 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33)

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32)

BRASIL. Ministério da Saúde. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31)

BRASIL. Ministério da Saúde. Carências e micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Cadernos de Atenção Básica, n. 20) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de 2 anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CORDÁS, TákiAthanássios, KACHANI, Adriana Trejger e cols. Nutrição em Psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2010.

COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de Nutrientes. Manole. 5 ed. 2016.

ENES, Carla Cristina e SILVA, Jessica Rondoni. Associação entre excesso de peso e alterações lipídicas em adolescentes. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4055-4063. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204055&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.27882016>.

FONTENELE, Ticiania Mesquita de Oliveira; ABDON, Ana Paula de Vasconcelos; ARAUJO, Marina Campos e BEZERRA, Ilana Nogueira. Associação entre ingestão de energia e nutrientes e incontinência urinária em mulheres adultas. Cad. saúde colet.[online]. 2018, vol.26, n.1 [citado 2019-02-07], pp.45-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000100045&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800010145>.

HENRIQUES, Patrícia et al. Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4143-4152. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204143&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.34972016>.

KALLUF, Luciana. Fitoterapia Funcional: dos Princípios ativos à prescrição de fitoterápicos. 2ª Ed. São Paulo: AçãoSet, 2015.

KRAUSE; MAHAN,L.K. et al. Alimentos, nutrição e dietoterapia. Ed.Elsevier. Rio de Janeiro, 2013.

KUHN-SANTOS, Renata Cavalcante; SUANO-SOUZA, Fabíola Isabel; PUCCINI, Rosana Fiorini e STRUFALDI, Maria Wany Louzada. Fatores associados ao excesso de peso e baixa estatura em escolares nascidos com baixo peso. Ciênc. saúde coletiva[online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.361-370. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200361&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.30702016>.

LEAO, Renata Campos et al. Ocorrência de enteroparasitos e coliformes termotolerantes nas mãos de manipuladores de alimentos de um hospital de ensino.Cad. saúde colet. [online]. 2018, vol.26, n.2 [citado 2019-02-07], pp.211-215. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000200211&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800020283>.

MAGALHAES, Elma Izze da Silva et al. Prevalência de anemia e determinantes da concentração de hemoglobina em gestantes. Cad. saúde colet. [online]. 2018, vol.26, n.4 [citado 2019-02-07], pp.384-390. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2018000400384&lng=pt&nrm=iso>. Epub 08-Nov-2018. ISSN 1414-462X. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201800040085>.

MEZOMO, IRACEMA de BARROS. OS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO: PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. MANOLE – 6ª ED.

MORAES, Ana Carolina Franco de et al. Microbiota intestinal e risco cardiometabólico: mecanismos e modulação dietética. ArqBrasEndocrinolMetab, São Paulo, v. 58, n. 4, jun. 2014. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302014000400317

Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Acesso em: <http://portal.anvisa.gov.br>

RDC-ANVISA nº. DE 171, de 04 de setembro de 2006. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano.

ROSSI, Camila Elizandra et al. Fatores associados ao consumo alimentar na escola e ao sobrepeso/obesidade de escolares de 7-10 anos de Santa Catarina, Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.443-454. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200443&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.34942016>.

SILVA Junior, Eneo Alves. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. Editora Varela, 7ª Ed./2014.

SILVA, Meirele Rodrigues Inácio da et al. Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática. Ciênc. saúde coletiva[online]. 2019, vol.24, n.2 [citado 2019-02-07], pp.475-486. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200475&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.23862016>.

SILVA, Everlane Suane de Araújo da e PAES, Neir Antunes. Programa Bolsa Família e a redução da mortalidade infantil nos municípios do Semiárido brasileiro. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2019, vol.24, n.2

[citado 2019-02-07], pp.623-630. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000200623&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.04782017>.

SILVA, Gabriela Avelino da et al. Consumo de formulações emagrecedoras e risco de transtornos alimentares em universitários de cursos de saúde. J. bras. psiquiatr. [online]. 2018, vol.67, n.4 [citado 2019-02-07], pp.239-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852018000400239&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0047-2085. <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000211>.

SOARES, Daniele da Silva Bastos et al. Boas Práticas em Unidades de Alimentação e Nutrição Escolares de um município do estado do Rio de Janeiro – Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2018, vol.23, n.12 [citado 2019-02-07], pp.4077-4083. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018001204077&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.23992016>.

TEIXEIRA, SUZANA MARIA FERREIRA GOMES; OLIVEIRA, ZÉLIA MILET CAVALCANTI de; REGO, JOSEDIRA CARVALHO do.; BISCONTINI, TELMA MARIA BARRETO. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Editora atheneu, 2007.

TURECK, Camila et al . Avaliação da ingestão de nutrientes antioxidantes pela população brasileira e sua relação com o estado nutricional. Rev. bras. epidemiol., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 30-42, mar. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2017000100030&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201700010003>.

V. PSICÓLOGO

Reforma psiquiátrica. Clínica ampliada, Apoio matricial. Construção social da doença. Produção de saúde. Ética profissional. Formação em psicologia. Autismo e deficiência. Medicalização e indústria farmacêutica. Saúde mental e trabalho. Desinstitucionalização. Atenção à crise.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. "A elasticidade e limite na clínica contemporânea" In: Elasticidade e limite na clínica contemporânea /Luiz Cláudio Figueiredo, Bianca Bergamo Savietti, Octávio de Souza (organizadores). São Paulo, Ed. Escuta. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

COSER, Orlando. As metáforas farmacológicas com que vivemos. Ensaios de Metapsicofarmacologia. Editora Garamond, 2010.

DESVIAT, Manuel. Coabitar a diferença: da reforma psiquiátrica à saúde mental coletiva. São Paulo: Zagodoni, 2018.

GREEN, André. "A loucura privada - psicanálise dos casos limites". São Paulo: Ed. Escuta, 2017.

LIMA, Maura; DIMENSTEIN, Magda. O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise. Interface (Botucatu) [online]. 2016, vol.20, n.58, pp.625-635. Epub May 17, 2016. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0389>.

Resolução CFP nº 010/2005. (2005). Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf

SANTIAGO, Eneida; YASUI, Silvio. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental:. Revista de Psicologia da Unesp, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 195 - 210, set. 2017. ISSN 1984-9044. Disponível em: <<http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/582>>.

SCARCELLI, Ianni Regia e JUNQUEIRA, Virgínia. O SUS como desafio para a formação em Psicologia. Psicol. Cienc. Prof. [online]. 2011, vol.31, n.2. pp.340-357.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200011&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200011>.

VI. TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Ética, Fundamentos e História da Terapia Ocupacional 2. Desenvolvimento sensorial, perceptivo, cognitivo e motor normal 3. Métodos e Técnicas de Avaliação em Terapia Ocupacional 4. Análise de Atividades segundo

aspectos sensoriais, perceptivos, cinesiológicos, emocional e laborativo 5. Modelos de processo de Terapia Ocupacional 6. Recursos Terapêuticos 7. Tecnologia Assistiva: adaptações, órteses, próteses, comunicação alternativa, mobilidade e acessibilidade 8. Neuroanatomia e Neuropsicologia em Terapia Ocupacional; 9. Terapia ocupacional em neonatologia e prática pediátrica 10. Terapia Ocupacional nas alterações da Mão 11. Terapia Ocupacional na disfunção física 12. Terapia Ocupacional em Hanseníase e Diabetes 13. Terapia Ocupacional em Saúde Mental 14. Terapia ocupacional na geriatria e gerontologia

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS/ABRATO, A Terapia Ocupacional e as Atividades da Vida Diária, Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva. Fortaleza: ABRATO, 2011

DE CARLO, Marysia M. R. P. e Bertalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil, Fundamentos e Perspectivas. São Paulo: Plexus, 2001.

DE CARLO, Marysia M. R. P., Luzo M.C.M. (org). Terapia Ocupacional. Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004.

CAVALCANTI, Alessandra e Galvão, C. Terapia Ocupacional: Fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2007.

CORIAT, Lídia F. Maturação psicomotora no 1º ano de vida da criança. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

FRANCISCO, B.R., Terapia Ocupacional. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

FERLAND, Francine. O modelo Lúdico. O brincar, a Criança com Deficiência Física e a Terapia Ocupacional. São Paulo: Roca, 2006

GRIEVE June. Neuropsicologia em Terapia Ocupacional. São Paulo: Santos Editora, 2005.

LEGISLAÇÃO / CREFITO 2 Gestão 2002-2006/2006-2010 Resolução COFFITO 8 e Resolução COFFITO 10.

RADOSKI, M. V., TROMBLY, C. A., Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 6ª. Edição. São Paulo: Santos, 2013

TEIXEIRA, E.; Sauron, F.N.; Santos, L.S.B.; Oliveira, M. C. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. São Paulo: Roca, 2003.

PIRES, M. C. B.; BASTOS, S. M., Terapia Ocupacional – Contribuições e Perspectivas no atendimento à pessoa amputada. Rio de Janeiro: Livre Impressão, 2014

Ficam mantidas as normas estabelecidas no Edital CVL/SUBSC nº 25, de 30 de janeiro de 2019.

